

IV Congresso ganha força

O debate entre Marilena Chauí e Luiz Carlos Bresser Pereira, no dia 20 (“A universidade que queremos: crítica ou produtivista?”), lotou o Anfiteatro de Convenções (foto), marcando a abertura pública do IV Congresso da USP e indicando a força que o evento vai ganhando. Na solenidade de abertura, pronunciaram-se representantes da Adusp, do Sintusp e do DCE. Foi exibido um "videoclipe" sobre a greve, produzido pela Adusp.



DanielGarcia

Confira, na página 3, alguns dos melhores momentos do debate entre Marilena e Bresser.

Índice de reajuste sai
na sexta-feira, 6
Página 4

“Sou inocente e estou
revoltado”, diz Zinsly
Página 4

Para comemorar o reajuste de outubro

Coquetel salário-político-cultural
na sede da Adusp

6 de outubro
a partir das 17 horas

- Comes, bebes e vídeos da greve
- Notícia do reajuste em primeira mão

**Todos os associados
estão convidados!**

Protestos contra o FMI



Ania

No dia do protesto mundial contra a “globalização”, 26 de setembro, cujo centro foi Praga, onde se realizava reunião do FMI e do Banco Mundial, um grupo de manifestantes saiu às ruas de São Paulo com a mesma finalidade. Os protestos paulistanos começaram pela Bolsa de Valores. A PM prendeu 17 manifestantes, inclusive estudantes da USP.

Conselho de Departamento do IG apóia recursos contra decisões da CERT e do reitor

O Conselho do Departamento de Mineralogia e Geotectônica do Instituto de Geociências decidiu, em reunião realizada no dia 15 de setembro, manifestar “apoio ao inteiro teor dos recursos” apresentados pelos docentes daquela unidade contra novas decisões abusivas da CERT e do reitor (Informativo Adusp 81, p. 3).

No entender do Conselho, são injustas as exigências que a CERT fez recentemente a esses docentes, “de que venham a apresentar novos relatórios de suas atividades”, sendo também inaceitável “que sobre eles pairem

quaisquer ameaças de mudança em seus regimes de trabalho”.

A decisão do Conselho baseou-se nas seguintes considerações:

1) “o artigo 201 do Regimento Geral é inequívoco ao estabelecer que o regime de trabalho dos docentes só pode ser alterado ao final de um trâmite que se inicie pela ‘decisão prévia do Conselho do Departamento’, ouvido o CTA, e que por fim precise da ‘anuência da CERT’ ”;

2) “o artigo 7º da Resolução 3533, de 22/06/89, que baixa o Regulamento dos Regimes de Trabalho da USP, é

explícito ao estabelecer que uma vez aprovados os relatórios previstos para o regime de experimentação ‘o docente em RDIDP ficará dispensado de apresentar novos relatórios para continuar no regime’ ”;

3) “todos os relatórios até agora apresentados pelos docentes Caetano Juliani, Ciro Teixeira Correia, Gergely Andrés Julio Szabó e Silvio Roberto Farias Vlach foram aprovados por esse Conselho e por todas as demais instâncias da Unidade”;

4) “conforme manifestação da Egrégia Congregação desse Instituto, reunida em

sessão ordinária em 23 de fevereiro de 2000, existe ‘reconhecido envolvimento institucional desses profissionais no conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão’ ”.

No dia 18, os recursos dos docentes, aos quais foi anexada a resolução do Conselho do Departamento, foram encaminhados ao gabinete do reitor. De lá seguiram, no dia 20, para a Consultoria Jurídica (CJ). No caso de o reitor indeferir os recursos, espera-se que eles sejam submetidos ao CO, como previsto no artigo 254, parágrafo segundo do Regimento Geral da USP.

Congresso dos Estudantes decide boicotar a eleição de RD's

Boicotar a eleição dos representantes discentes (RD's) nos conselhos centrais e CO, realizada pela Reitoria no dia 2 de outubro, e organizar suas próprias eleições para o Diretório Central dos Estudantes e para RD's nos próximos dias 18 e 19 de outubro: esta foi uma das principais deliberações do 6º Congresso dos Estudantes da USP.

Os estudantes consideraram de importância fundamental para a categoria que ela própria organize a eleição dos RD's, e aprovaram também outras bandeiras importantes, como a busca por paridade nos conselhos. Até o fechamento desta edição, o único candidato inscrevera-se na eleição oficial de RD's.

Outras normas referentes às eleições dos estudantes foram mantidas pelo Congresso, como no caso do pleito do DCE, para o qual se decidiu que a participação continua por chapa, sendo declarada vitoriosa aquela que obtiver maior número de votos (majoritariedade), não havendo portanto composição proporcional da diretoria. Já no caso dos RD's nos conselhos centrais e CO a inscrição por chapas também foi mantida, assim como o princípio da proporcionalidade.

Além de defender eleições diretas e paritárias para Reitor e diretores de unidade, os estudantes resolveram lutar pela adoção de um orçamento participativo na USP. A idéia é que a própria comunidade defina os critérios e prioridades de investimentos.

O 6º Congresso discutiu, ainda, diversas outras questões relativas ao tema “Democracia e Universidade”, juntando-se assim às atividades preparatórias para o IV Congresso da USP.

I Congresso dos Pós-Graduandos da USP

O I Congresso dos Pós-Graduandos da USP teve como tema central *Sociedade e Universidade. Por uma gestão pública e democrática*. Realizado de 20 a 23 de setembro, ele foi uma das conseqüências da greve de 26 de abril a 15 de junho na USP, na qual os pós-graduandos atuavam de forma independente dos alunos da graduação.

Durante a greve, os pós-graduandos resolveram formar um Fórum, que organizou reuniões e assembléias e tomou a iniciativa de organizar o I Congresso dos Pós-Graduandos. A organização, desvinculada da diretoria da APG, ficou a cargo da Comissão Organizadora do I Congresso (COC), escolhida em assembléia.

O Congresso aprovou o princípio de atuação conjunta com os graduandos dando maior força e representatividade ao movimento estudantil. A unidade dos movimentos da Universidade é fundamental para traçar

planos de luta, como os da recente greve

Valorizar a extensão

A abertura do I Congresso contou com a participação da Adusp, DCE, Sintusp e de um representante do MST, João Paulo Rodrigues.

Foi aprovada a proposta que defende a valorização da extensão universitária como “integrante da formação política e acadêmica dos universitários”.

Foram aprovadas ainda as seguintes propostas: eleições diretas e paritárias para reitor, vice-reitor, diretores de unidade e chefes de departamento; fim da meritocracia e dos pré-requisitos de títulos para o exercício de cargos eletivos; fim da lista triplíce; boicote às eleições de RD's controladas pela Reitoria e controle destas pelo movimento estudantil; posição contrária ao pagamento de qualquer tipo de taxa e mensalidade; elaboração de um dossiê sobre as fundações.

Debate sobre a Universidade marcou a abertura pública do IV Congresso

Auditério lotado, presentes professores, funcionários e alunos, todos interessados em discutir o modelo de universidade que queremos. O debate entre Marilena Chauí e Luiz Carlos Bresser Pereira, que marcou a abertura pública do IV Congresso da USP, demonstrou a força que o evento vai ganhando, e a importância das discussões que ele trará.

Na avaliação do professor João Zanetic, que faz parte da comissão organizadora do Congresso, um dos principais méritos do debate foi realizar o contraponto entre dois possíveis modelos de universidade. Um, defendido por Bresser, que se fundamenta em princípios “de efi-



ciência”, muito mais quantitativos que qualitativos, e encontra reflexo, por exemplo, na avaliação dos docentes com base no número de artigos publicados. De outro, o modelo exposto por Chauí, de uma universidade crítica, reflexiva, aberta a questões que possam interessar a todo o conjunto da sociedade e no qual a educação é colocada como um dever do Estado.

Em torno dessa discussão, foram levantadas também questões sobre a relação da Universidade com o “mercado”, seu financiamento, e o conceito de universidade pública dos dois debatedores.

Apesar de frisar que existem outros modelos que podem ser discutidos, Zanetic considera que “essa grande participação em um debate conceitual sobre o tema é

muito positiva”. Além de destacar a importância de os alunos estarem presentes em peso e interessando-se por essa discussão conceitual, ele entende que o debate conseguiu também revelar a complexidade do tema.

O próximo número do Jornal do IV Congresso deve trazer ampla matéria sobre o debate, informando também a agenda de reuniões da comissão organizadora. Lembrando que outras atividades gerais para a USP serão programadas, a comissão destaca a necessidade de as unidades realizarem reuniões preparatórias para o Congresso.

Reproduzimos abaixo algumas idéias apresentadas no debate.

BRESSER

“Aceitei o convite para participar de um debate na USP, patrocinado pelos professores da Universidade, com a Marilena Chauí, sobre a Universidade. Aí vi que o título é *A Universidade que Queremos, Crítica ou Produtiva*. Ou produtivista, não sei. Vou ficar com ‘produtiva’. Se tivesse que escolher entre uma Universidade crítica e uma produtiva, eu não teria a menor dúvida, ficaria com a crítica. Mas não creio que opor universidade crítica a universidade produtiva seja uma forma feliz de enfrentar o problema”



“A Universidade tem que ser crítica. Mas que significa ser *produtiva*? Se você for crítico, então você não pode ser produtivo? No meu entender, uma universidade produtiva é fundamentalmente uma universidade que produz conhecimento, ensino, pesquisa e publicações”

“O sistema universitário público estatal no Brasil está em crise. Que crise é essa? Por quê os salários são tão baixos na Universidade brasileira? Por quê a produção acadêmica é relativamente baixa? Essa crise está acontecendo porque a Universidade estatal brasileira é ineficiente e vista como não produtiva, tem um custo para a sociedade que é alto demais em relação àquilo que a sociedade pode pagar por ela, e porque vive uma crise de legitimidade no sentido weberiano do termo”

“Temos que ser eficientes, que produzir, que nos preocupar com nossos custos, e temos que viabilizar alguma coisa que seja politicamente possível”

MARILENA



“Nós estamos impedidos de realizar o trabalho da docência, e os alunos estão impedidos de receber cursos universitários. O professor, a partir de um determinado momento, ano após ano, repete a mesma aula, porque não tem tempo de preparar outra. Mesmo porque ele vai ser avaliado pelo número de papéis, de livros, de notas de rodapé, de congressos, de colóquios e do raio que o parta!”

“Essa história de que nós temos que avaliar o custo/benefício em função de quanto custa cada aluno por professor, ou de quanto custa um professor para cada 50 alunos, é a morte do trabalho universitário”

“O benefício é a formação. Então tem que diminuir o número das classes, tem que aumentar o número dos professores, e sobretudo tem que fazer concurso, para contratar os professores, porque é um escândalo nessa universidade o professor precário, o professor *flexibilizado*”

“Exigência do mercado no Brasil é rotina, repetição, tudo que não inclui nem inovação, nem criatividade, nem originalidade, nem profundidade. Originalidade e criatividade o mercado pede para as agências de publicidade. Para nós, não”

“Estou convencida de que uma das estratégias de quebra do prestígio, do poder e da expansão da burocracia de tipo administrativo-empresarial na USP passa pela reconsideração, de ponta a ponta, das fundações”

Zinsly reafirma sua inocência

O professor João Rubens Zinsly da Esalq enviou carta à Adusp, reproduzida abaixo, solicitando divulgação. Como se recordam, o professor Zinsly e quatro outros funcionários foram demitidos pelo Conselho Universitário em 98. Em março do ano passado, o CO abriu um processo de revisão das punições, fruto de representação da Congregação da Esalq, com apoio da Adusp, que argumentava tramitação irregular e insuficiência de provas para amparar as demissões. De lá para cá, a Comissão Revisora foi instalada e é ao relatório dessa comissão, que será avaliado em breve no CO, que o professor Zinsly se reporta.

Piracicaba, 29 de Setembro de 2000

Prezados colegas da Adusp,

Fui informado pelos meus advogados do teor do relatório da Comissão Revisora que será avaliado pelo Conselho Universitário em reunião futura. As recomendações da comissão são pela manutenção da minha punição e de um funcionário e a revogação da demissão para os outros três funcionários acusados.

Sou inocente e estou revoltado e cansado com tudo isso.

Tenho 63 anos de idade, dos quais mais de 37 anos vividos na USP, e volto a solicitar dos colegas a paciência de ouvir minhas argumentações.

As questões relativas ao andamento do processo, que já foram discutidas repetidas vezes por meus advogados e pela Congregação da Esalq, deixarei para mencionar em outra oportunidade. Apenas reitero que, no nosso entender, alguns procedimentos foram irregulares.

As razões para a minha demissão seriam o uso indevido de bem público, a remarcação de gado e a não prestação de contas. Na condenação pelo CO, dois aspectos foram ressaltados de forma enfática para amparar as razões acima: eu era o coordenador da Estação Experimental de Anhembi e haviam desaparecido 1225 cabeças de gado que eram remarcadas e desviadas. No parecer da Comissão Revisora, ora apresentado, é indicado que eu realmente não era coordenador da estação desde 1983, fato aliás que tenho repetido desde o início desse processo. Além disso, nenhuma referência é feita no parecer ao suposto desaparecimento das 1225 cabeças de gado. Apesar disso, a demissão é mantida.

Agora, imputam à minha pessoa o desvio de dinheiro correspondente a 20 ou 25 cabeças de gado em 92 e a responsabilidade por uma venda de 50 cabeças em 93. Reafirmo enfaticamente que não vendi gado algum. De fato, não

existe no processo nenhuma prova concreta que suporte essa afirmação. Não basta falar que está provado, é preciso apresentar as evidências.

Enviei carta ao diretor da Esalq pedindo que a Congregação tomasse ciência do relatório da Comissão Revisora de modo a auxiliar a reflexão a ser feita no CO. Na reunião de 28/9, um pedido de vistas ao processo foi aprovado por 38 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções.

Estou ainda preparando com meus advogados uma carta sobre o parecer da Comissão Revisora que enviarei aos membros do CO e também pedirei uma nova manifestação da Adusp avaliando a questão.

Por fim, agradeceria se essa carta pudesse ser divulgada pela Adusp no sentido de informar aos vários colegas que têm me dado apoio na minha luta por justiça.

Atenciosamente,
João Rubens Zinsly

No dia 6, define-se o reajuste de outubro

Nesta sexta-feira, 6/10, na reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, será definido o reajuste de outubro, calculado segundo a fórmula negociada durante a última greve. Dada a evolução favorável do ICMS, o Fórum das Seis oficiou aos reitores reivindicando a mudança do coeficiente de segurança de 0,8 para 1. Assim, estamos propondo que seja repassado imediatamente aos salários o fundo de reserva composto a partir de 20% do crescimento da receita estipulada para salários nas universidades.

É importante frisar que o gasto acumulado com salários, nas estaduais paulistas, é o menor da última década. Na USP, por exemplo, até setembro este valor ficou em

76,2%. Mas a despesa salarial neste mês representou apenas 66,4%, o menor percentual do ano, acentuando a curva decrescente no comprometimento das receitas da universidade com salários. Neste ritmo, e mesmo com o reajuste de outubro (que deverá ser em torno de 5%) a USP deverá encerrar o ano com um gasto acumulado de 77% de suas receitas com pessoal. Estaremos muito distantes dos 88% determinados pela resolução do CO, mesmo levando em conta que precatórios foram absurdamente incluídos na conta de pessoal.

Seria fundamental que as reitorias tivessem a sensibilidade para aceitar a mudança de coeficiente. Ou será que planejam tirar os 3,75% de

reajuste em janeiro de 2001 do fundo constituído pelo crescimento do ICMS, hipótese que consideravam sem fundamento até alguns meses atrás? Ou seja, financiaríamos, com salários aquém do que poderiam ser, os nossos próprios reajustes em janeiro de 2001!

Além da mudança no coeficiente, é hora de institutos e faculdades aumentarem a pressão sobre a reitoria por um número importante de novas contratações. O início de 2001 deve marcar a reversão da grave perda de quadros universitários que tem aumentado significativamente a carga de trabalho da maioria e comprometido o ensino e a relação com os alunos na universidade.

Precária tem contrato renovado por cinco anos

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística aprovou, no dia 28, a renovação do contrato de uma docente por um prazo de cinco anos. Como já informamos (Informativo 80, "Prazos de contratos podem ser superiores a três anos"), a Consultoria Jurídica da USP, atendendo a uma consulta do IME, considera que "do ponto de vista estritamente normativo", nada impede a renovação de contratos por prazo superior a três anos.